

# As fogueiras de Brasília

Por **Murillo de Aragão** - 7 de novembro de 2020



*Foto: Edgar Lisboa/Divulgação*

## *Conflitos dentro do governo apontam para uma grave disfunção*

A temporada de chuvas chega a Brasília, mas não apaga as fogueiras do mundo político, que continuam ardendo, altas. São inúmeras e algumas mais do que conhecidas e envolvem setores críticos do governo.

Um exemplo é a que marca o relacionamento dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Outras são mais recentes, como no caso da rixa entre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos.

Os focos de incêndio prosseguem com entreveros entre o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e o mesmo general Luiz Eduardo Ramos, por causa da coordenação política. E também entre o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, e demais ministros, devido à forma como ele conduz o relacionamento no ministério.

Ainda que existam aspectos pontuais nessas dissensões, o conjunto de conflitos revela divisões estruturais dentro do governo que apontam para uma grave disfunção. E duas perguntas emergem desse contexto: por que as fogueiras ardem e quais as suas consequências?

A resposta à primeira questão reside na disputa de poder entre grupos diversos. O governo Bolsonaro reúne uma coleção de vetores que se relacionam com o presidente a partir de segmentos específicos: militares, agronegócio, evangélicos, conservadores radicais, entre outros.

A tênue ligação entre eles foi o projeto antiesquerdista, conservador e reformista que chegou ao poder. A partir da chegada ao Palácio do Planalto, os interesses se particularizaram e começou a competição por recursos e poder.

Quando se governa em torno de projetos — caso dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula e Michel Temer —, a aglutinação se dá em torno da agenda. O governo Bolsonaro não tem isso e as pautas navegam impulsionadas pelas rivalidades e pelos confrontos.

Chama atenção o fato de o presidente da República, que deveria arbitrar e encerrar conflitos, não o fazer. Ao contrário, ele assiste ao crepitar do fogo alto. Em 1999, quando a autoridade do ministro Pedro Malan foi questionada por Clovis Carvalho, ministro do Desenvolvimento de FHC, o presidente preservou o titular da Fazenda e demitiu o outro, apesar da longa amizade que os unia. Mostrou qual era a sua agenda preferencial e que rumo o seu governo tomaria. Não é o que acontece agora.

E quais são as consequências possíveis da existência dessas fogueiras? A curto prazo, elas contribuem para a degradação das expectativas, em especial no que tange ao enfrentamento da crise fiscal. O que se reflete numa crescente perda de confiança dos mercados na política econômica, já evidente no comportamento dos juros futuros e do câmbio. A perda de credibilidade pode comprometer os esforços da retomada da economia e transformar o que já está ruim em algo muito pior.

A popularidade do presidente é um conforto para ele, mas também uma armadilha. Conforto porque dá a Bolsonaro poder suficiente para agir e reverter expectativas negativas, propor uma agenda e pacificar o seu governo. É uma armadilha porque dá a falsa sensação de que sua popularidade será preservada independentemente da crise de confiança que ronda a nossa conjuntura.

Publicado na [Veja](#) dia 06/11/2020

---

**Compartilhe isso:**



Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UnICEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília.

Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

---